

## **O protagonismo do judiciário e a necessidade do aperfeiçoamento da *accountability* no Brasil**

The protagonism of the judiciary and the improvement of accountability in Brazil

**Patricia Almeida de Moraes\***

**Amanda Marcondes Caldas\*\***

Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)

**Sumário:** Introdução. 1. Protagonismo do poder judiciário: judicialização e ativismo judicial. 1.1. Judicialização e ativismo judicial: conceitos e contornos fundamentais. 1.2 Fatores que levaram ao protagonismo judicial. 2. Consequências antidemocráticas do protagonismo do judiciário. 3. *Accountability* judicial no Brasil. 3.1 *Accountability* judicial horizontal no Brasil: a atuação do Conselho Nacional de Justiça. 3.2 *Accountability* social como solução?. Conclusão

**Resumo:** A pesquisa tem como escopo analisar quais os riscos que a judicialização excessiva o e o ativismo social trazem a democracia, no sentido de apontar a *accountability* social como uma forma de controle do Poder Judiciário e proteção da democracia. Na primeira parte da pesquisa analisa-se os contornos relativos à judicialização e ativismo judicial, a fim de compreender o conceito de cada um e suas diferenças. Após, compreender quais os resultados que ambas podem causar à democracia. Por fim, o estudo analisa as formas de *accountability*, e qual ou quais as modalidades podem ser identificadas no sistema brasileiro, no que se refere às formas de controle e responsabilização do Poder Judiciário, a fim constatar se a *accountability* social seria uma forma de controle viável e possível no fortalecimento da sociedade e proteção da democracia. Utiliza-se na pesquisa a metodologia explicativa, e material bibliográfico.

**Palavras-chave:** protagonismo judicial; judicialização; ativismo judicial; *accountability* social.

**Abstract:** The research aims to analyze the risks that excessive judicialization and social activism bring to democracy, in the sense of pointing to social accountability as a form of control of the Judiciary and protection of democracy. The first part of the research analyzes the contours related to judicialization and judicial activism, in order to understand the concept of each one and their differences. After that, understand the results that both can cause to democracy. Finally, the study analyzes the forms of accountability, and what modalities can be identified in the Brazilian system, regarding the forms of control and accountability of the Judiciary, in order to verify if social accountability would be a form of control feasible and possible in

---

\* Doutoranda e Mestre em Direito Socioambiental e Sustentabilidade pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Membro do Global Business and Human Rights Scholars Association e da Clínica de Direitos Humanos do Programa de Pós-Graduação em Direito da PUCPR. Advogada.

\*\* Mestre em Direito Socioambiental e Sustentabilidade pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Pós-graduada na Fundação Escola do Ministério Público do Paraná - FEMPAR. Advogada. Juíza Leiga no 1º Juizado Especial Cível da Comarca de Guarapuava/PR.

strengthening society and protecting democracy. Bibliographic material is used in the explanatory research.

**Key Words:** judicial protagonism; judicialization; judicial activism; social accountability.

## Introdução

No panorama atual é possível observar um comportamento mais ativo do Poder Judiciário na solução de diversas controvérsias sociais, desde relações entre particulares, destes para com o Estado e relações que compõem o próprio Estado. Isso, muitas vezes, não é benéfico à democracia, pois em determinadas situações o Judiciário acaba por invadir a competência política de outro Poder, ou ainda, toma decisões as quais não lhe é de competência típica, o que faz surgir a análise da necessidade de controle e responsabilização em relação aos atos deste Poder. Em razão disto, o artigo analisa a partir do método hipotético-dedutivo, as possíveis causas do protagonismo judicial e de quais formas esse comportamento afeta à democracia, trazendo a *accountability* social e sua possibilidade de aplicação no contexto brasileiro, como uma das formas de controle e fortalecimento da democracia.

A primeira parte da pesquisa compreende os contornos e conceitos relativos à judicialização e ao ativismo judicial, suas diferenças, quais aos possíveis fatores que levaram à ocorrência de ambos no Brasil, tanto no que se refere ao comportamento social, como a partir de uma análise constitucional.

Na segunda parte, verificam-se quais os riscos à democracia que podem surgir da judicialização e do ativismo judicial, pretende-se compreender quais os efeitos negativos que surgem da mudança de papel do Poder Judiciário com relação à democracia, quando atuação deste vai ir além da interpretação realizada no próprio texto legal, ou ainda, além de sua própria competência genuína, prevista no sistema de freios e contrapesos.

Por fim, realiza-se um estudo, em linhas gerais acerca das formas de *accountability*, qual ou quais as modalidades que são aplicadas e identificadas no sistema brasileiro de controle e responsabilização das atuações relativas ao Poder Judiciário. Para após, compreender de forma específica a construção da *accountability* social de maneira específica, analisando a sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro e sua possibilidade com a finalidade de proteção da democracia.

## 1. Protagonismo do poder judiciário: judicialização e ativismo judicial

A partir da promulgação da Constituição de 1988, juntamente com a redemocratização do país, constata-se uma mudança de atuação do Poder Judiciário, principalmente em relação a uma intensificação da judicialização de diversas matérias, não apenas as relativas às relações privadas, mas essencialmente naquelas relativas entre particulares para com o Estado e nas relações traçadas dentro da própria organização estatal. A primeira etapa do estudo, busca apresentar as duas modalidades relativas à intensificação da e do protagonismo atividade judicial, qual seja a judicialização e o ativismo judicial, a partir da compreensão de seus conceitos e diferenças, bem como identificando as suas possíveis causas, para após analisar quais foram os possíveis fatores que levaram ao contexto atual.

### **1.1 Judicialização e ativismo judicial: conceitos e contornos fundamentais**

No que se refere ao termo “judicialização”, este surgiu a partir de um estudo de Tate e Vallinder<sup>1</sup>, no qual foram traçadas as características de um fenômeno global de exacerbação da interação entre direito e política.

Segundo os autores, a judicialização significa expansão da jurisdição dos tribunais ou dos juízes a expensas dos políticos e dos administradores, isto é, a transferência de direitos de tomada de decisão da legislatura, do gabinete ou da administração pública para os tribunais e a propagação dos métodos de decisão judiciais fora da jurisdição propriamente dita. Em resumo, podemos dizer que a judicialização envolve essencialmente transformar algo em processo judicial.<sup>2</sup>

Assim, identifica-se em verdade, uma expansão da atuação do Poder Judiciário, para áreas distintas das típicas dos tribunais, e uma transferência de decisões da esfera política para a judicial, que deveriam ser decididas pelas instâncias políticas tradicionais, o Poder Executivo e o Congresso Nacional.

No que se refere ao ativismo judicial apesar de muitas vezes encontrar-se entrelaçado ao conceito de judicialização, não deve ser confundido com esta, pois a judicialização refere-se ao aumento excessivo da participação do Poder Judiciário nos conflitos sociais, sejam eles de quaisquer espécie enquanto o ativismo judicial possui correlação com o comportamento mais criativo adotado pelo próprio Poder ao proferir suas decisões<sup>3</sup>.

Ainda com relação ao ativismo é fundamental explicar que, segundo Mauro Cappelletti<sup>4</sup> a interpretação e criação do direito não são conceitos opostos, uma vez que, ao se realizar a interpretação da lei, é normal que o interprete realize esclarecimentos acerca das lacunas e ambiguidades do texto legal, sendo o problema principal seria o grau de criatividade e aceitabilidade da criação do direito por parte de Tribunais Judiciários.

A partir de tal entendimento, verifica-se que a atividade do interprete não se restringe a aplicação direta das normas jurídicas editadas pelo Poder Legislativo, mas que a interpretação carrega um pouco de criatividade, a depender do caso concreto, se mostrando inevitável um mínimo de discricionariedade, principalmente quando, mais imprecisos os objetos de análise<sup>5</sup>. Tal análise leva a compreender que o conceito de ativismo judicial encontra-se conectado ao nível de criatividade, ao perfil adotado pelo Poder Judiciário. Desta forma, o ativismo judicial encontra-se relacionado ao nível elevado de criatividade na solução de determinado caso por parte do Poder Judiciário, ou quando a solução aplicada a um caso concreto, invade a competência típica de outro Poder.

Ressalta-se ainda que, o ativismo judicial seria a aplicação de determinado entendimento desenvolvido pelo próprio Judiciário, a partir de novas interpretações, ultrapassando as previsões predispostas pela própria lei na própria lei, ou ainda, de forma a criar uma nova norma jurídica, alterando-se o sistema.

### **1.2 Fatores que levaram ao protagonismo judicial**

O texto da Constituição de 1988 apresenta normas programáticas e cláusulas de conteúdo indeterminado e aberto, as quais conciliadas ao rol de direitos

---

<sup>1</sup> TATE, N.; VALLINDER, T. (org.). *The global expansion of judicial power*. New York, NY: New York Univ. Press, 1995, p. 13. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?id=5PagBwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_atb#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=5PagBwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_atb#v=onepage&q&f=false)> Acesso em 04 de dez. de 2019.

<sup>2</sup>Idem.

<sup>3</sup> BARROSO, LR. *Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática*. Disponível em: <[https://www.direitofranca.br/direitonovo/FKCEimagens/file/ArtigoBarroso\\_para\\_Selecao.pdf](https://www.direitofranca.br/direitonovo/FKCEimagens/file/ArtigoBarroso_para_Selecao.pdf)> Acesso em: 24 de nov. 2018.

<sup>4</sup> CAPPELLETTI, M. *Juízes Legisladores?* Trad. Carlos Alberto Álvaro de Oliveira. PortoAlegre: Sérgio Antônio Fabris, 1993, p. 23-27.

<sup>5</sup> CAPPELLETTI, M. *Juízes Legisladores?* Trad. Carlos Alberto Álvaro de Oliveira. PortoAlegre: Sérgio Antônio Fabris, 1993, p. 42

fundamentais e a universalização do acesso à justiça apresenta a possibilidade de aplicações diretas do texto constitucional, para situações ainda não contempladas na própria lei ou Constituição, promovendo inclusive a “imposição de condutas ou abstenções ao Poder Público”, principalmente no que se refere às políticas públicas<sup>6</sup>. Oscar Vilhena Vieira<sup>7</sup>, argumenta que o processo de expansão da autoridade judicial, em todo o mundo, torna-se mais agudo com a adoção de constituições mais ambiciosas. Ao citar Canotilho, afirma que as constituições contemporâneas são desconfiadas do legislador, optando por decidir tudo e deixando para o legislativo e o executivo apenas a função de implementação da vontade do constituinte. Ainda, segundo Vieira, “A hiper-constitucionalização da vida contemporânea, no entanto, é consequência da desconfiança na democracia e não a sua causa”.

O que se pretende promover com um constitucionalismo abrangente seria um modelo de magistrado interprete e também protetor de direitos fundamentais, o qual passa a ter uma discricionariedade, interpretando textos legislativos e suprindo lacunas deixadas pelo mesmo, para tornar possível a questão social. O papel do juiz tornou-se de um construtor de uma estrutura político-social, que só é totalmente formada a partir da atividade jurisdicional intensa nestes novos tempos.<sup>8</sup>

Um segundo aspecto, identificado tanto pela autora Loiane Verbicaro, como Luiz Roberto Barroso é de que houve também uma ampliação do espaço reservado ao Supremo Tribunal Federal no controle concentrado e jurídico de constitucionalidade, juntamente com a ampliação do rol dos legitimados ativos para proporem as respectivas ações de constitucionalidade<sup>9</sup>.

Além do modelo misto adotado no ordenamento jurídico brasileiro, que mistura o incidental difuso e o controle europeu concentrado, que ocorre por meio de ação direta levada ao Supremo Tribunal Federal, que possibilita que qualquer questão considerada relevante possa ser levada ao STF<sup>10</sup>, houve uma diminuição na rigidez dos critérios para a análise da constitucionalidade dos atos normativos por parte do Poder Judiciário, podendo este declarar acerca da constitucionalidade de determinado dispositivo ou norma.

Um terceiro aspecto seria a crença na inefetividade dos Poderes Executivo e Legislativo. Dentro do contexto social brasileiro, muito se reafirma que os direitos e garantias constitucionais não são vistos na prática, o que viabiliza a incitação do Poder Judiciário na concessão dos mesmos. Observa-se que a “incapacidade de o Executivo e o Legislativo fornecerem respostas efetivas à explosão das demandas sociais por justiça”<sup>11</sup> faz com que haja a enorme demanda de ações judiciais e a consequente preponderância do judiciário.

Identifica-se no que se refere ao Poder Legislativo a chamada ineficiência em razão de leis mal escritas que necessitam de uma interpretação pelo judiciário, ou devido a sua inércia, como no caso da necessidade de normas regulamentadoras. Assim, seja pela ausência de regulação, que produz demandas por efetivação, ou pela existência de regulação, que gera atritos, os interesses e os conflitos sociais não

<sup>6</sup> BARROSO, LR. *Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática*. Disponível em: < [https://www.direitofranca.br/direitonovo/FKCEimagens/file/ArtigoBarroso\\_para\\_Selecao.pdf](https://www.direitofranca.br/direitonovo/FKCEimagens/file/ArtigoBarroso_para_Selecao.pdf). > Acesso em: 24 de nov. 2019.

<sup>7</sup> VIEIRA, OV. “Supremocracia”. *Revista Direito GV*. São Paulo. 4(2). Jul/dez 2008, p. 441-464. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v4n2/a05v4n2.pdf> > Acesso em -7 de nov. 2019.

<sup>8</sup> CAPPELLETTI, M. *Juízes Legisladores?*. Porto Alegre: SAFE, 1999, p. 23.

<sup>9</sup> VERBICARO, LP. “Um estudo sobre as condições facilitadoras da judicialização da política no Brasil”. *Revista Direito GV*. Vol. 4. Nº. 2. São Paulo (SP). Jul/Dez 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v4n2/a03v4n2.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2019.

<sup>10</sup> COSTA, JR. “Controle Difuso e Concentrado de Constitucionalidade”. *Revista Direito Administrativo*. Rio de Janeiro, 225: 45-56, jul/set. 2001. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/download/47564/44778> > Acesso em 05 de dez. de 2019.

<sup>11</sup> VIANNA, LW. “A judicialização das relações sociais”, em (Werneck Vianna, L et all), *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1999, p. 149.

são satisfeitos nem dirimidos pelas instituições majoritárias e tendem a desaguar no judiciário em busca de solução.<sup>12</sup>

Ainda, identifica-se como uma dos fatores relevantes à viabilização do protagonismo judicial as diversas garantias ao Poder Judiciário, entre elas autonomia orgânico-administrativa (art. 96 CF), independência financeira (art. 99 CF), e aos magistrados, como vitaliciedade, inamovibilidade, irredutibilidade de subsídio (art. 95 CF).

Em relação às garantias que apesar das mesmas serem identificadas como o problema relativo ao protagonismo judicial, são do mesmo modo essenciais à democracia liberal<sup>13</sup>. De acordo com Peter Russel, a independência judicial pode ter dois conceitos, a autonomia dos juízes ou o comportamento judicial que indica que os juízes têm uma autonomia elevada, sendo que ambos os conceitos estão relacionados, já que um é um meio para o outro. O que se pretende é que os juízes tenham autonomia para pensar por si mesmos, sem ser controlado por uma instituição ou por outras pessoas, porém a independência judicial não pode resultar em um alto grau de autonomia a ponto de ultrapassarem sua competência.<sup>14</sup>

O problema não são as garantias ao judiciário, mas sim estas não serem acompanhadas da devida responsabilidade, Mauro Cappelletti<sup>15</sup> destaca a importância de se estabelecer proteções e limitações aos juízes, inclusive como condição de existência da independência judicial.

Neste sentido, a partir da análise de diversos fatores, é possível identificar um protagonismo judicial caracterizado essencialmente pela presença expansiva de direitos fundamentais, e muitas vezes não garantidos, no todo ou em parte, pelas estratégias de ação do Estado, submetidos a apreciação do Poder Judiciário, enquanto resultado de um atributo constitucional e ferramenta de um próprio sistema de controle.

## **2. Consequências antidemocráticas do protagonismo do judiciário**

A partir da intensificação da atividade judicial e ineficiência da própria estratégia de políticas públicas dos demais poderes, tem-se tanto a judicialização excessiva na tentativa de garantia e defesa máxima de direitos fundamentais e o ativismo judicial, enquanto intensificação de uma postura ativa do Judiciário em direção ao criacionismo excessivo em relação à promoção de direitos fundamentais e realização de políticas públicas ou ao próprio controle da atividade dos demais Poderes e garantia da Constituição.

Dessa forma, ao identificar que uma das causas do protagonismo judicial é a de que os indivíduos ou determinada coletividade pleiteiam a tutela de seus direitos junto ao Poder Judiciário, na tentativa de obter a garantia de determinada política pública em face à Administração ou a determinado direito fundamental que considera exigível, é possível inferir que muitas das vezes tem-se a confusão entre o direito de ação com o próprio exercício da democracia.

É possível denotar da leitura do texto constitucional que existem variadas formas de representação cidadã, isto é, com a democracia direta (sufrágio) e indireta (referendo, plebiscito e iniciativa popular), há uma ampliação desta representação

---

<sup>12</sup> VIANNA, LW. "A judicialização das relações sociais", em (Werneck Vianna, Luiz et al), *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1999, p. 149.

<sup>13</sup> RUSSEL, PH. "Toward a General Theory of Judicial Independence", em (Peter H. Russel and David M. O'Brien), *Judicial Independence in the age of Democracy – Critical perspectives from around the World*. University Press of Virginia. 2001. p.2

<sup>14</sup> RUSSEL, PH. "Toward a General Theory of Judicial Independence", em (Peter H. Russel and David M. O'Brien), *Judicial Independence in the age of Democracy – Critical perspectives from around the World*. University Press of Virginia. 2001. p.6

<sup>15</sup> CAPPELLETI, M. *Juízes irresponsáveis?* Porto Alegre, Sérgio Fábris Editor. 1989.

quando passam a existir indivíduos que decidem em nome de determinado cidadão ou coletividade (magistratura ou instâncias autorizadas por lei)<sup>16</sup>.

A partir do momento em que, em razão das prerrogativas atribuídas ao Judiciário pelo texto constitucional, de controle de constitucionalidade das leis e garantia da autoaplicabilidade dos direitos fundamentais, os indivíduos passam a buscar na via judicial a realização de praticamente a totalidade de seus direitos, deixando de lado o exercício democrático direto e indireto, muitas vezes confundindo seu direito de ação, com o próprio exercício da democracia.

O problema reside em si na busca da efetividade dos direitos fundamentais pela via do direito de ação, deixando-se de lado a participação no processo de criação de leis e políticas públicas em prol da própria sociedade, bem como o papel contramajoritário do Judiciário na garantia de direitos fundamentais de grupos minoritários.

A via do direito de ação passa a ser estabelecido como via "de exigibilidade da democrática, levando a um desaparecimento do coletivo político"<sup>17</sup>, levando a uma desnaturação do próprio direito de ação e do exercício da democracia. Ainda, "(...) o excesso de direito pode desnaturar a democracia; o excesso de defesa pode bloquear qualquer tomada de decisão; o excesso de garantias pode mergulhar a justiça numa espécie de indecisão ilimitada"<sup>18</sup>.

Neste sentido, observa-se que os papéis do Poder Judiciário e da própria democracia acabam por se desvirtuar, uma vez que este poder passa a garantir e efetivar o direito de todos aqueles que pleiteiam determinada política, perdendo a função de sua atuação contramajoritária, e os indivíduos e coletividades deixam de buscar na via tradicional o exercício da própria democracia, nas suas escolhas políticas.

Ainda, outro problema relativo à democracia seria o sistema de freios e contrapesos, na medida que se identifica uma sobreposição de um Poder sobre o outro. O sistema de freios e contrapesos encontra-se estabelecido como cláusula pétrea no artigo 2º da CRFB, que prevê que os poderes da União são "independentes e harmônicos entre si". Ainda, para cada um dos Poderes são estabelecidas funções típicas e funções atípicas, na qual um Poder exerce uma pequena parte da função que seria de outro, permitindo o controle de uns sobre outros, a fim de promover o equilíbrio e harmonia do sistema de freios e contrapesos. No entanto, quando um dos poderes extrapola os limites de sua função, chegando a interferir, de certa forma, na independência dos outros poderes, acaba por colocar em risco a própria democracia, pois fere o princípio o seu princípio basilar, que é a separação de poderes.

Quando o Poder Judiciário exerce função atípica relativa a mudanças legislativas é possível observar uma diminuição e uma invasão na competência do Poder Legislativo, fazendo com que se questione qual a legitimidade democrática de tal atuação, uma vez que o Poder Judiciário é órgão composto por membros não

<sup>16</sup> VIANNA, LW; BURGOS, M. "Revolução processual do direito e democracia progressiva", em (VIANNA, Luiz Werneck Org.). *A democracia e os três poderes no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFMG, 2002. p.370/371.

<sup>17</sup> GARAPON, A. *O guardador de promessas: justiça e democracia*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996. p.46

<sup>18</sup> GARAPON, A. *O guardador de promessas: justiça e democracia*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996. p.51.

eleitos diretamente pelo povo.<sup>19</sup> De modo que o papel do juiz mistura-se com o papel legislador, uma vez que ambos passa a serem vistos como criadores do Direito.<sup>20</sup>

Por fim, identifica-se um terceiro fato diretamente correlacionado à democracia que seria a politização do Poder Judiciário. A partir de uma nova conjuntura institucional da democracia política houve a inclusão do Poder Judiciário no terreno da política.<sup>21</sup> Apesar disso, os membros do Poder judiciário são os únicos não eleitos pelo povo, por isso, o objetivo é que apresentem uma atuação apenas técnica com relação à aplicação e interpretação de leis, estruturada de modo a atender às exigências de imparcialidade e independência, de forma que não possam fazer com que suas decisões apresentem um grande viés político, ou influência política maior do que a atuação dos demais poderes.

A Constituição de 1988 faz uma interface entre o universo político e o jurídico, em um esforço para submeter o poder às categorias que mobilizam o Direito, como a justiça, a segurança e o bem-estar social. Sua interpretação, portanto, sempre terá uma dimensão política, ainda que balizada pelas possibilidades e limites oferecidos pelo ordenamento vigente.<sup>22</sup>

No entanto, é possível verificar uma atuação política mais intensa por parte do Judiciário, principalmente nas hipóteses do controle de constitucionalidade, quando fazem as vezes de legislador negativo, ou ainda no caso da Ação de Inconstitucionalidade por Omissão e do Mandado de Injunção que atuam como um legislador ativo. Apesar de tais ocorrências serem permitidas e previstas pelo texto constitucional isso pode tornar-se uma problema frente à democracia.

Para Manoel Gonçalves Ferreira Filho, o problema da politização está no fato de que há magistrados que guiam seus votos pela “opinião pública”, ou seja, pelos meios de comunicação de massa, analisando posições jurídicas como se fossem opções ideológicas ou partidárias<sup>23</sup>. Assim considerar a opinião pública nas decisões judiciais, não seria agir de modo democrático “fazendo a vontade do povo”, mas o contrário, pois ao exercer sua função, o judiciário deve levar em conta apenas as leis e questões técnicas do direito.

A dimensão da politização da justiça não depende do desejo ou da vontade do Poder Judiciário. Ela deriva de uma gama excessiva de fatores originariamente alheios à jurisdição, que possuem seu marco inicial em um amplo reconhecimento de direitos, passando pela ineficiência do Estado em concretizá-los e transbordam no aumento da litigiosidade.

---

<sup>19</sup> GARGARELLA, R. “Em nome da constituição. O legado federalista dois séculos depois”. Em *publicacion: Filosofia política moderna*. De Hobbes a Marx Boron, Atilio A. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; DCP-FFLCH, Departamento de Ciencias Políticas, Faculdade de Filosofia Letras e Ciencias Humanas, USP, Universidade de São Paulo. 2006, p. 183-184. ISBN: 978-987-1183-47-0. Disponível em: < <https://core.ac.uk/download/pdf/35172878.pdf> > Acesso em 25 de nov. 2019.

<sup>20</sup> APOLINÁRIO, MN. “A nova dogmática constitucional da separação das funções (ou poderes) estatais e a judicialização da política”. *Revista Caribeña de Ciencias Sociales*, septiembre 2013, p. 34. Disponível em: < <http://caribeña.eumed.net/separacao-funcoes-poderes/> > Acesso em 05 de dez. 2019.

<sup>21</sup> APOLINÁRIO, MN. “A nova dogmática constitucional da separação das funções (ou poderes) estatais e a judicialização da política”. *Revista Caribeña de Ciencias Sociales*, septiembre 2013, p. 34. Disponível em: < <http://caribeña.eumed.net/separacao-funcoes-poderes/> > Acesso em 05 de dez. 2019.

<sup>22</sup> BARROSO, LR. *Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática*. Disponível em: < [https://www.direitofranca.br/direitonovo/FKCEimagens/file/ArtigoBarroso\\_para\\_Selecao.pdf](https://www.direitofranca.br/direitonovo/FKCEimagens/file/ArtigoBarroso_para_Selecao.pdf) > Acesso em: 04 de dez. 2019.

<sup>23</sup> FERREIRA FILHO, MG. “A Constituição de 1988 e a Judicialização da Política”. *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*, v.12, p. 182-188, 1996, p. 195. Disponível em: < <http://www.seer.ufrgs.br/revfacdir/article/download/69181/39070> > Acesso em 26 de nov. de 2019.

Portanto, a minimização da judicialização não depende apenas de medidas tomadas pelo Poder Judiciário, mas, sim, de uma série de atitudes que envolvem um comprometimento sólido e conciso dos poderes estatais.<sup>24</sup>

### 3. *Accountability* judicial no Brasil

Muito se discutiu a respeito da tradução do termo *accountability*, de forma que até hoje existem algumas divergências quanto a isso. Anna Maria Campos<sup>25</sup>, referência no tema, buscou uma tradução para o termo, considerando que seria sinônimo de responsabilidade objetiva ou obrigação de responder por algo, ensejando a responsabilidade de uma pessoa ou instituição ante outro agente.

Historicamente e semanticamente a palavra *accountability* está relacionada com contabilidade, prestar contas. Pode ser abordada como uma relação ou mecanismo social específico, que envolve uma obrigação de explicar e justificar uma conduta. Isso envolve a possibilidade de debate, perguntas do fórum e resposta do ator, e um julgamento do ator feito pelo fórum, com imposições de sanções.<sup>26</sup> Assim *accountability* pode ser entendida como o dever de pessoas ou instituições detentoras de poder, de fornecer informações e justificativas de seus atos, omissões ou resultados, podendo haver sanção.

A *accountability* possui duas formas: a *accountability* horizontal, conhecida como institucional, ocorre quando os próprios agentes estatais podem requerer informações e justificações de outros agentes estatais<sup>27</sup>. De acordo com O'Donnell<sup>28</sup>, a *accountability* horizontal ocorre quando há agências estatais com direito e poder e capacitadas para realizar supervisão de rotina e sanções legais contra agentes do Estado que cometeram ações ou omissões delituosas.

Já a *accountability* vertical, é aquela em que a sociedade pode sancionar os agentes estatais. A *accountability* vertical típica é a eleitora, em que, por meio da eleição, os cidadãos sancionam os agentes a partir da avaliação de seus atos e dos resultados obtidos pelos representantes eleitos, por meio do voto. A *accountability* social é uma variação da vertical, em que as organizações da sociedade e a imprensa sancionam os agentes estatais por meio de fiscalização, denúncias e exposição pública<sup>29</sup>. Assim, a *accountability* judicial vertical, apenas pode ser a social, vez que os membros do judiciário não são eleitos.

No Brasil existem alguns mecanismos de *accountability* horizontal com relação ao judiciário, que se firmaram principalmente a partir da criação do Conselho Nacional de Justiça, no entanto, apesar da existência deste mecanismo, cada vez

<sup>24</sup> APOLINÁRIO, MN. "A nova dogmática constitucional da separação das funções (ou poderes) estatais e a judicialização da política. *Revista Caribeña de Ciencias Sociales*, septiembre 2013, p. 34. Disponível em: < <http://caribeña.eumed.net/separacao-funcoes-poderes/> > Acesso em 25 de nov. de 2019.

<sup>25</sup> CAMPOS, Anna Maria. "Accountability: quando podemos traduzi-la para o português?". *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, fev./abr. 1990. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/9049/8182> > Acesso em 01 de dez. de 2019.

<sup>26</sup> BOVENS, Mark. *Two concepts of Accountability Judicial*. Utrecht School of Governance. Bijlhouwerstraat 6, 3511 ZC Utrecht, The Netherlands.

<sup>27</sup> TOMIO, FRL; ROBL FILHO, IN. "Accountability e independência judiciais: uma análise da competência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)." *Revista de Sociologia e Política*, V. 12, Nº 45: p. 29-46 mar. 2013. p. 30. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v21n45/a04v21n45.pdf> > Acesso em 01 de dez. 2019.

<sup>28</sup> O'DONNELL, G. "Accountability Horizontal e novas poliarquias". *Lua nova*, São Paulo, n.44, p. 25-54. 1998. Disponível: < <http://www.scielo.br/pdf/ln/n44/a03n44.pdf> > Acesso em 01 de dez. 2019.

<sup>29</sup> TOMIO, FRL; ROBL FILHO, IN. "Accountability e independência judiciais: uma análise da competência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)". *Revista de Sociologia e Política*, V. 12, Nº 45: p. 29-46 mar. 2013. p. 30. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v21n45/a04v21n45.pdf> > Acesso em 01 de dez. 2019.



mais o judiciário vem demonstrado extrapolar suas funções, com decisões que sobrepoem os demais poderes, como já tratado anteriormente.

### **3.1 Accountability judicial horizontal no Brasil: a atuação do Conselho Nacional de Justiça**

A Constituição Federal de 1988 ampliou significativamente a independência judicial, como já mencionado anteriormente. Diante disso, buscou-se uma reforma no Judiciário, promovida pela Emenda Constitucional 45/2004, e pela criação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), trazendo um maior equilíbrio entre *accountability* e a independência judicial.

Antes da criação do CNJ já existiam alguns mecanismos institucionais de *accountability* judicial no Brasil, como o sistema recursal, em que as decisões de magistrados podem ser revistas, além do processo de indicação dos magistrados de tribunais superiores, que são indicados pelo Presidente e aprovados pelo Senado Federal. Além disso, já havia a Lei Orgânica da Magistratura e Estatuto da Magistratura que disciplinava de certa forma o *accountability* judicial, e o poder disciplinar era exercido pelo tribunal, vinculado ao Conselho Nacional da Magistratura. A ação popular, também pode ser considerada um mecanismo de *accountability*, vez que, por meio dela pode-se exigir a anulação de atos lesivos ao patrimônio público.

O CNJ passou a ser o órgão responsável por exercer *accountability* sobre os tribunais, magistrado, serviços auxiliares, serviço notarial e de registro. Assim, o CNJ fiscaliza a concretização de valores da administração pública (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência), e exige a apresentação de dados referentes à prestação jurisdicional e publica estas informações. Além disso, o CNJ possui competência disciplinar administrativa concorrente, vez que pode analisar infração disciplinar, que também pode ser realizado pelos tribunais e suas corregedorias, possuindo também o poder de aplicar sanções sobre os agentes.<sup>30</sup>

O CNJ também tem a obrigação de definir em sessão plenária de planejamento, o planejamento estratégico, os planos de metas e os programas de avaliação institucional do Poder Judiciário, visando o aumento da eficiência da racionalização e da produtividade do sistema e maior acesso à justiça.<sup>31</sup>

Entretanto, apesar de todas essas atribuições do CNJ referentes à *accountability*, não se tem verificado a devida responsabilização ou prestação de contas por parte do judiciário, que, como já demonstrado, vem se sobrepondo aos demais poderes. Assim, busca-se compreender por quais motivos a *accountability* horizontal existente hoje no Brasil vem se mostrando insuficiente.

O CNJ é composto por quinze conselheiros, todos advindos das instituições do sistema de justiça, sendo que nove são magistrados, e o presidente do STF acumula a função de presidente do CNJ. Vê-se que não se trata de um controle externo do judiciário, pois os conselheiros em sua maioria são membros do mesmo poder, de forma que as decisões tomadas pelo conselho tenderão beneficiar os magistrados. Além disso, muitos advogados e partes nos processos têm receio de manifestarem sua insatisfação com relação à magistrados e funcionários dos tribunais, e acabarem sendo prejudicados em suas demandas.

De acordo com Campos<sup>32</sup>, as instituições que deveriam exercer a *accountability* horizontal acabam por enfraquece-la, pois grande parte dos abusos na

<sup>30</sup> TOMIO, FRL; ROBL FILHO, IN. "Accountability e independência judiciais: uma análise da competência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)". *Revista de Sociologia e Política*, V. 12, Nº 45: p. 29-46 mar. 2013. p. 30. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v21n45/a04v21n45.pdf> > Acesso em 01 de dez. de 2019.

<sup>31</sup> CNJ. Conselho Nacional de Justiça. Regimento Interno. Art. 4º. Disponível em: < <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2015/10/b8953e0554207c0f4fb95a29e9326532.pdf> > Acesso em: 02 de dez. 2019.

<sup>32</sup> CAMPOS, AM. "Accountability: quando podemos traduzi-la para o português?". *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, fev./abr. 1990. Disponível em: <

gestão da coisa pública não é revelada, passa sem investigação e não há punição, mostrando não ter obrigações perante a sociedade.

Diante disso, mostra-se necessário o aperfeiçoamento dos mecanismos de *accountability* judicial no Brasil, principalmente com uma maior participação dos cidadãos, que são os maiores interessados por uma atuação responsável do poder judiciário.

### 3.2 *Accountability* social como solução?

A *accountability* social se dá a partir de um fortalecimento da voz e da capacidade dos cidadãos de demandar a responsabilização de funcionários públicos e prestadores de serviços, tendo uma melhor capacidade de se envolver de maneira mais informada, direta e construtiva.

Assim, a *accountability* social é usada para se referir à ampla gama de ações e mecanismos que cidadãos, comunidades, organizações da sociedade civil e mídia independente utilizam para responsabilizar servidores públicos. Essa responsabilidade é uma consequência do “pacto social” implícito entre os cidadãos, seus representantes delegados e agentes em uma democracia. Um princípio fundamental na democracia é que os cidadãos têm o direito de exigir responsabilidade, e os atores públicos têm a obrigação de prestar contas.<sup>33</sup>

O judiciário atualmente está decidindo muitos temas referentes à direitos fundamentais e sociais e situações intrínsecas à sociedade, devido à judicialização já tratada anteriormente, o que interfere de forma direta na vida dos cidadãos. Diante disso, é importante destacar que o papel da sociedade civil na efetivação do *accountability* não pode estar relacionada à questões ideológicas ou político-partidárias, mas sim deve restringir-se a um fenômeno empírico, que deve ser compreendido para o funcionamento da democracia.

No sistema atual, há certa *accountability* social sobre magistrados e serviços auxiliares, vez que a mídia muitas vezes denuncia casos de má atuação do judiciário, sendo aplicadas sanções de exposição pública e pressão popular. Além disso o CNJ oferece serviços de ouvidoria, além de fornecer amplas informações com relação ao judiciário e sua prestação jurisdicional, possibilitando à população e grupos da sociedade civil discutir a atuação do poder judiciário, questionando a independência judicial. Os cidadãos detêm a faculdade de denunciar os atos ilícitos praticados por magistrados e servidores judiciais ao CNJ, que poderá aplicar sanção.<sup>34</sup>

Apesar de todas essas possibilidades de participação do cidadão na fiscalização da atuação do judiciário, não se verifica a efetiva atuação da sociedade neste sentido, muito devido à ausência de conhecimento por parte da população desses direitos e do meio para exercê-los, mas também pelo receio de ser prejudicado conforme já mencionado.

Inicialmente, há a necessidade de uma divulgação mais ampla à sociedade da atuação do judiciário, também, de forma mais acessível, principalmente com relação às decisões judiciais. Já se tratou da possibilidade de utilização de assessores de imprensa do judiciário, para fornecerem informações sobre decisões judiciais em uma linguagem mais acessível. Além disso, seria importante a implementação do ensino

---

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/9049/8182> > Acesso em 01 de dez. de 2019.

<sup>33</sup> MALENA, C; FORSTERS, R; SINGH, J. “Social Accountability: an introduction to the concept and emerging practices”. *Social Development Papers – participation and civic engagement*. Paper n. 76, december 2004. The world bank. Disponível em: < <http://documents.worldbank.org/curated/pt/327691468779445304/pdf/310420PAPER0So1itY0SDP0Civic0no1076.pdf> > Acesso em 03 de dez. de 2019.

<sup>34</sup> TOMIO, FRL; ROBL FILHO, IN. “*Accountability* e independência judiciais: uma análise da competência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)”. *Revista de Sociologia e Política*, V. 12, Nº 45: p. 29-46 mar. 2013. p. 30. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v21n45/a04v21n45.pdf> > Acesso em 01 de dez. de 2019.

jurídico nas escolas, para a formação de sociedade mais capaz de compreender e participar das questões relacionadas à atuação do judiciário.

Nesse sentido, Malena, Forsters e Singh consideram que, o recente uso expandido de coleta de dados participativa e ferramentas de análise, combinadas com espaço aprimorado e oportunidade para o engajamento da sociedade civil com o Estado, levaram a uma nova geração de práticas de prestação de contas que enfatizam uma sólida base de evidências e interação direta com o governo homólogos. Estas incluem, por exemplo, a formulação de políticas públicas participativas, o orçamento participativo, rastreamento de gastos públicos, monitoramento de cidadãos e avaliação da prestação de serviços públicos.

Além de esforços para melhorar o conhecimento dos cidadãos e o uso de mecanismos convencionais de responsabilização (por exemplo, através da educação pública sobre direitos legais e serviços disponíveis) e esforços para melhorar a eficácia dos mecanismos de responsabilização "internos", por exemplo, através do envolvimento dos cidadãos em comissões e audiências, conselhos consultivos de cidadãos e comissões de fiscalização.<sup>35</sup>

A *accountability* social ocorre por meio do uso de uma gama de recompensa e sanções formais praticadas pelos cidadãos, incluindo a pressão pública. Mecanismos informais de recompensa ou sanção geralmente dependem da criação de pressão, por exemplo, através de press releases (positivos ou negativos), cobertura da mídia, apoio ou protesto, "interface" reuniões entre os cidadãos e as autoridades públicas, petições, etc.

Quando necessário, os grupos de cidadãos podem recorrer a meios formais de sanção ou execução para efetuar mudanças, por exemplo, apresentando provas a uma agência de controle da corrupção, recorrendo a um ombudsman arquivamento de um pedido legal através do sistema judicial. Muitas vezes, no entanto, tais meios são ausentes, ineficazes ou inadequada para efetuar uma mudança real. Nesses casos, as ações dos cidadãos podem ter como objetivo revelar as inadequações de mecanismos, fazer pressão por sua reforma ou procurar melhorar sua eficácia através de uma maior participação do público. Novamente, esses tipos de ações podem levar a criação de novos mecanismos de aplicação híbridos, incluindo, por exemplo, comissões de supervisão de cidadãos ou mecanismos de reparação de queixas<sup>36</sup>. Com relação ao judiciário no Brasil, esses mecanismos advém do CNJ.

## **Conclusão**

O modelo de separação de poderes com o sistema de freios e contrapesos constitui a essência do Estado Democrático de Direito, de forma que não há como existir uma independência judicial institucional plena, sem que haja adequada *accountability*.

O objetivo primordial da presente pesquisa foi ressaltar que o Poder Judiciário passou a ter papel protagonista na aplicação e interpretação de dispositivos que contém previsões acerca das garantias e dos direitos fundamentais tanto individuais como coletivos, bem como no controle dos demais Poderes instituídos, passando a interferir de modo ativo nas relações privadas e públicas. Conforme vislumbrou-se ao longo da discussão tal postura acarreta em consequências para a democracia,

---

<sup>35</sup> MALENA, C; FORSTERS, R; SINGH, J. "Social Accountability: an introduction to the concept and emerging practices". *Social Development Papers – participation and civic engagement*. Paper n. 76, december 2004. The world bank. Disponível em: < <http://documents.worldbank.org/curated/pt/327691468779445304/pdf/310420PAPER0So1itY0SDP0Civic0no1076.pdf> > Acesso em 03 de dez. de 2019.

<sup>36</sup> MALENA, C; FORSTERS, R; SINGH, J. "Social Accountability: an introduction to the concept and emerging practices". *Social Development Papers – participation and civic engagement*. Paper n. 76, december 2004. The world bank. Disponível em: < <http://documents.worldbank.org/curated/pt/327691468779445304/pdf/310420PAPER0So1itY0SDP0Civic0no1076.pdf> > Acesso em 03 de dez. de 2019.

tais como a confusão entre o direito de ação e o próprio exercício da democracia, a intensa politização do Poder Judiciário e a invasão de competências típicas de outros poderes, ferindo assim o sistema de freios e contrapesos.

Identifica-se ainda que o cidadão, sem política, sem partidos ou uma vida social organizada, volta-se para o juiz, fazendo com que o conjunto de recursos criado pelo legislador lhe proporcione vias alternativas para a defesa e eventuais conquistas de direitos. Em razão de tais consequências é fundamental observar e analisar os mecanismos de controle existentes em relação ao comportamento ativo judicial, motivo pelo qual, apresentou-se a *accountability* social como uma possível forma de proteção da democracia e controle da própria atuação Judiciário.

Nesse sentido, foi possível observar que para que se tenha uma *accountability* efetiva, é necessário o fornecimento de dados e informações a respeito do judiciário e sua prestação jurisdicional, isto é, transparência no fornecimento destas informações. Tais, dados e informações devem ser interpretados e analisados para que sejam operacionalmente úteis e acessíveis a todos os cidadãos. É importante também que haja uma ampla divulgação destes destas informações, e dos mecanismos de controle delas.

Ademais, constata-se ser fundamental o trabalho de conscientização da população, promovendo uma maior participação dos cidadãos em questões relacionadas ao judiciário. Além de informar de que maneira a população pode exercer a *accountability* social, seja por meio da participação em audiências públicas, reclamações na ouvidoria do CNJ, pressão popular, denúncias.

Os mecanismos de *accountability* social e horizontal devem estar integrados e se complementarem, para haja uma eficaz responsabilização do judiciário, pois mecanismos de *accountability* horizontal promovem também uma participação da sociedade, vez que, apuram e divulgam dados e informações, oferecem plataformas para a manifestação, denúncia e discussão sobre estas questões.

Diante disso, a hipótese inicial deste artigo foi confirmada em parte, vez que a *accountability* social se mostra adequada para solucionar o problema do protagonismo judicial, buscando-se uma devida responsabilidade e responsabilização pelos atos que os agentes cometes, no entanto, para que seja efetiva, são necessários mecanismo que *accountability* horizontal que forneçam aparato suficiente para a participação da sociedade, de forma que uma complementa a outra, funcionando em conjunto.

## Referências

- BARROSO, LR. *Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática*. Disponível em: <[https://www.direitofranca.br/direitonovo/FKCEimagens/file/ArtigoBarroso\\_para\\_Selecao.pdf](https://www.direitofranca.br/direitonovo/FKCEimagens/file/ArtigoBarroso_para_Selecao.pdf)>
- BOVENS, M. *Two concepts of Accountability Judicial*. Utrecht School of Governance. Bijlhouwerstraat 6, 3511 ZC Utrecht, The Netherlands.
- CAMPOS, AM. "Accountability: quando podemos traduzi-la para o português?". *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, fev./abr. 1990. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/9049/8182>>
- CAPPELLETTI, M. *Juizes Legisladores?* Trad. Carlos Alberto Álvaro de Oliveira. PortoAlegre: Sérgio Antônio Fabris, 1993.
- CAPPELLETTI, M. *Juizes irresponsáveis?* Porto Alegre, Sérgio Fábris Editor. 1989.
- COSTA, JR. "Controle Difuso e Concentrado de Constitucionalidade". *Revista Direito Administrativo*. Rio de Janeiro, 225: 45-56, jul/set. 2001. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/download/47564/44778>>
- CNJ. Conselho Nacional de Justiça. Regimento Interno. Art. 4º. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2015/10/b8953e0554207c0f4fb95a29e9326532.pdf>>

- FERREIRA FILHO, MG. "A Constituição de 1988 e a Judicialização da Política". *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*, v.12, p. 182-188, 1996. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/revfacdir/article/download/69181/39070>>
- GARAPON, A. *O guardador de promessas: justiça e democracia*. Lisboa: Instituto Piaget.
- GARGARELLA, R. *Em nome da constituição. O legado federalista dois séculos depois*. Em publicação: Filosofia política moderna. De Hobbes a Marx Boron, Atilio A. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; DCP-FFLCH, Departamento de Ciencias Políticas, Faculdade de Filosofia Letras e Ciencias Humanas, USP, Universidade de São Paulo. 2006, p. 183-184. ISBN: 978-987-1183-47-0. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/35172878.pdf>>
- MALENA, C; FORSTERS, R; SINGH, J. "Social Accountability: an introduction to the concept and emerging practices". *Social Development Papers – participation and civic engagement*. Paper n. 76, december 2004. The word bank. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/pt/327691468779445304/pdf/310420PAPER0So1ity0SDP0Civic0no1076.pdf>>
- NUNES APOLINÁRIO, M. "A nova dogmática constitucional da separação das funções (ou poderes) estatais e a judicialização da política". *Revista Caribeña de Ciencias Sociales*, septiembre 2013. Disponível em: <<http://caribeña.eumed.net/separacao-funcoes-poderes/>>
- O'DONNELL, G. "Accountability Horizontal e novas poliarquias". *Lua nova*, São Paulo, n.44, p. 25-54. 1998. Disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n44/a03n44.pdf>>
- RUSSEL, PH. "Toward a General Theory of Judicial Independence", em (Peter H. Russel and David M. O'Brien), *Judicial Independence in the age of Democracy – Critical perspectives from around the World*. University Press of Virginia. 2001.
- TATE, N; VALLINDER, T. *The global expansion of judicial power*. New York, NY: New York Univ. Press, 1995. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?id=5PagBwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_atb#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=5PagBwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_atb#v=onepage&q&f=false)>
- TOMIO, FRL; ROBL FILHO, IN. "Accountability e independência judiciais: uma análise da competência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)". *Revista de Sociologia e Política*, V. 12, Nº 45: p. 29-46 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v21n45/a04v21n45.pdf>>
- VERBICARO, LP. "Um estudo sobre as condições facilitadoras da judicialização da política no Brasil". *Revista Direito GV*, São Paulo, v.4, n.2, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v4n2/a03v4n2.pdf>.
- VERÍSSIMO, MP. "A constituição de 1988, vinte anos depois: suprema corte e ativismo judicial à brasileira". *Revista Direito GV*. Vol. 4. Nº. 2. São Paulo (SP). Jul/Dez . 2008.
- VIEIRA, OV. "Supremocracia". *Revista Direito GV*. São Paulo. 4(2). Jul/dez 2008, p. 441-464. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v4n2/a05v4n2.pdf>>
- VIANNA, LW. "A judicialização das relações sociais", em (Werneck Vianna, Luiz et al), *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1999.
- VIANNA, LW; BURGOS, M. "Revolução processual do direito e democracia progressiva", em (VIANNA, Luiz Werneck Org.). *A democracia e os três poderes no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFMG, 2002.